



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 6, DE 8 DE ABRIL DE 1987

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Avulso nº. 044/DG em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº. 32,

RESOLVE BAIXAR AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

I – A ajuda de custo, para despesas de transporte, corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre os vencimentos, constituídos pelo vencimento-base e pela representação.

II – A ajuda de custo, para moradia, calcula-se de igual modo, mediante a incidência de trinta pontos percentuais (30%).

III – A partir da concessão das vantagens referidas nos incisos anteriores, cessará qualquer benefício indireto que, ao mesmo título, venha sendo recebido, ressalvado o direito de opção.

Parágrafo único. Os usuários de imóveis funcionais ficam responsáveis pelo pagamento das respectivas taxas de ocupação e de conservação, bem como pelas despesas correspondentes ao consumo de água, gás e energia elétrica.

IV – Os percentuais definidos na legislação pertinente, a título de gratificação adicional por tempo de serviço, incidirão sobre o resultado obtido com o acréscimo decorrente da concessão das vantagens, de caráter permanente, instituídas pelos incisos I e II, do art. 65, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

V – Para o recolhimento, na fonte, do imposto de renda devido, observar-se-ão os critérios estabelecidos no art. 2º, do Decreto-lei nº. 2.019, de 28 de março de 1983.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO LAURO LEITÃO

PRESIDENTE